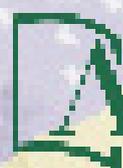


# Políticas Públicas no Brasil: Exploração e Diagnóstico

Luciana Pavowski Franco Silvestre  
(Organizadora)



 **Atena**  
Editora

Ano 2018

**Luciana Pavowski Franco Silvestre**  
(Organizadora)

# **Políticas Públicas no Brasil: Exploração e Diagnóstico**

Atena Editora  
2018

2018 by Atena Editora

Copyright © da Atena Editora

**Editora Chefe:** Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

**Diagramação e Edição de Arte:** Geraldo Alves e Natália Sandrini

**Revisão:** Os autores

### **Conselho Editorial**

- Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul  
Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas  
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná  
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília  
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa  
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná  
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista  
Profª Drª Deusilene Souza Vieira Dall’Acqua – Universidade Federal de Rondônia  
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná  
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul  
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria  
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná  
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia  
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice  
Profª Drª Juliane Sant’Ana Bento – Universidade Federal do Rio Grande do Sul  
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense  
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul  
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins  
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte  
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão  
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará  
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista  
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará  
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas  
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande  
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

#### **Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)**

P769 Políticas públicas no Brasil [recurso eletrônico] : exploração e diagnóstico / Organizadora Luciana Pavowski Franco Silvestre – Ponta Grossa (PR): Atena Editora, 2018. – (Políticas Públicas no Brasil: Exploração e Diagnóstico; v. 1)

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-85-7247-060-5

DOI 10.22533/at.ed.605192201

1. Administração pública – Brasil. 2. Brasil – Política e governo.  
3. Planejamento político. 4. Política pública – Brasil. I. Silvestre,  
Luciana Pavowski Franco. II. Série.

CDD 320.60981

**Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422**

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores.

2018

Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

[www.atenaeditora.com.br](http://www.atenaeditora.com.br)

## APRESENTAÇÃO

O e-book “Políticas Públicas no Brasil: Exploração e Diagnóstico” apresenta 131 artigos organizados em sete volumes com temáticas relacionadas às políticas de saúde, educação, assistência social, trabalho, democracia e políticas sociais, planejamento e gestão pública, bem como, contribuições do serviço social para a formação profissional e atuação nas referidas políticas.

A seleção dos artigos apresentados possibilitam aos leitores o acesso à pesquisas realizadas nas diversas regiões do país, apontando para os avanços e desafios postos no atual contexto social brasileiro, e permitindo ainda a identificação das relações e complementariedades existentes entre a atuação nos diferentes campos das políticas públicas.

Destaca-se a relevância da realização de pesquisas, que tenham como objeto de estudo as políticas públicas, bem como, a disseminação e leitura destas, visando um registro científico do que vem sendo construído coletivamente na sociedade brasileira e que deve ser preservado e fortalecido considerando-se as demandas de proteção social e de qualificação da atuação estatal em conjunto com a sociedade civil em prol da justiça social.

Boa leitura a todos e todas!

Dra. Luciana Pavowski Franco Silvestre

## SUMÁRIO

<b>CAPÍTULO 1</b> .....	<b>1</b>
(DES)CAMINHOS PARA RECONVERSÃO DO PARADIGMA DO DESENVOLVIMENTO: CONTRIBUIÇÕES TEÓRICAS PARA ALÉM DA CRISE GLOBAL	
<i>Juliana Grangeiro Sales Bezerra</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.6051922011</b>	
<b>CAPÍTULO 2</b> .....	<b>8</b>
(RE) CONFIGURAÇÕES DO ESTADO BRASILEIRO NA CIVILIZAÇÃO DO CAPITAL: PERSPECTIVAS ANALÍTICAS DA CONTEMPORANEIDADE	
<i>Thaynah Barros de Araújo</i> <i>Bárbara Braz Moreira</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.6051922012</b>	
<b>CAPÍTULO 3</b> .....	<b>19</b>
A DINÂMICA DA DESIGUALDADE: UM APORTE ACERCA DA VIOLÊNCIA PUBLICADA NOS SEMANÁRIOS MARANHENSES	
<i>Luís Flávio Coelho Gonçalves</i> <i>Adelaide Ferreira Coutinho</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.6051922013</b>	
<b>CAPÍTULO 4</b> .....	<b>34</b>
A JUVENTUDE EM CONFLITO COM A LEI E AS POLÍTICAS PÚBLICAS: UMA AVALIAÇÃO DA EFETIVIDADE DO SISTEMA SOCIOEDUCATIVO NO RIO GRANDE DO NORTE/RN	
<i>Viviane Rodrigues Ferreira</i> <i>Edinah Cristina Araújo de Carvalho</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.6051922014</b>	
<b>CAPÍTULO 5</b> .....	<b>45</b>
A JUVENTUDE NEGRA COMO PAUTA DAS POLÍTICAS PÚBLICAS NO BRASIL: AS DIRETRIZES DO PLANO JUVENTUDE VIVA NO COMBATE AO RACISMO E À VIOLÊNCIA JUVENIL	
<i>Lorena Galvão Gaioso</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.6051922015</b>	
<b>CAPÍTULO 6</b> .....	<b>53</b>
A RUÍNA DO LULISMO E UMA PONTE PARA A BARBÁRIE	
<i>Wesley Helker Felício Silva</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.6051922016</b>	
<b>CAPÍTULO 7</b> .....	<b>65</b>
A VIOLÊNCIA COMO EXPRESSÃO DA QUESTÃO SOCIAL: RETRATOS DO EXTERMÍNIO DA JUVENTUDE NEGRA DE FORTALEZA	
<i>Andreza Marília de Lima</i> <i>Deysiane Holanda de Oliveira</i> <i>Gilmarcos da Silva Nunes</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.6051922017</b>	

**CAPÍTULO 8 ..... 72**

ASPECTOS CONCEITUAIS SOBRE POBREZA: O BRASIL NO PRISMA DA OBSERVAÇÃO

*Alane Maria da Silva*

*Marilene Bizerra da Costa*

**DOI 10.22533/at.ed.6051922018**

**CAPÍTULO 9 ..... 83**

CEM ANOS EM FRAGMENTOS DE POLÍTICAS CULTURAIS NO BRASIL

*Renner Coelho Messias Alves*

**DOI 10.22533/at.ed.6051922019**

**CAPÍTULO 10 ..... 94**

CINEMA E EDUCAÇÃO: A IMPORTÂNCIA DAS POLÍTICAS PÚBLICAS NA DESCONSTRUÇÃO DE ESTEREÓTIPOS ÉTNICO-RACIAIS NO BRASIL

*Wellington Júnior Jorge*

*Izaque Pereira de Souza*

*Aline Evelin Fabrício Macedo*

*Ana Paula de Souza Santos*

**DOI 10.22533/at.ed.60519220110**

**CAPÍTULO 11 ..... 105**

DEMOCRACIA E CONSTRUÇÃO DO ESTADO BRASILEIRO: AVANÇOS E RETROCESSOS

*Francisco Mesquita de Oliveira*

**DOI 10.22533/at.ed.60519220111**

**CAPÍTULO 12 ..... 117**

GESTÃO SOCIAL E POLÍTICA PÚBLICA EM UM TERRITÓRIO MARCADO PELO CAPITAL: O CASO DO MUNICÍPIO DE ITAGUAÍ (RJ) E REGIÃO DA BAÍA DE SEPETIBA

*Daniel Neto Francisco*

*Carlos Alberto Sarmento do Nascimento*

*Lucimar Ferraz de Andrade Macedo*

*Lamounier Erthal Villela*

**DOI 10.22533/at.ed.60519220112**

**CAPÍTULO 13 ..... 130**

JUDICIALIZAÇÃO DOS DIREITOS SOCIAIS NAS POLÍTICAS PÚBLICAS: AFINAL DO QUE SE TRATA?

*Evânia Maria Oliveira Severiano*

*Maria Luiza Fernandes Bezerra*

**DOI 10.22533/at.ed.60519220113**

**CAPÍTULO 14 ..... 141**

LUTAS SOCIAIS E POLÍTICAS PÚBLICAS: OS ÓRGÃOS DE COMUNICAÇÃO COMO PARCEIROS NA FORMULAÇÃO E DIVULGAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS DE PROTEÇÃO SOCIAL

*Fabrício Brito do Amaral*

*Maria Fernanda Brito do Amara*

*Deusiney Robson de Araujo Farias*

**DOI 10.22533/at.ed.60519220114**

<b>CAPÍTULO 15</b> .....	<b>148</b>
MÍDIA, MEDO E A VIOLÊNCIA COMO “CASO DE POLÍCIA”	
<i>Maria de Fátima Pereira Lessa</i>	
<i>Ivone Maria Ferreira da Silva</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.60519220115</b>	
<b>CAPÍTULO 16</b> .....	<b>160</b>
MOVIMENTOS SOCIAIS E RELIGIOSIDADE: A ATUAÇÃO DA PASTORAL SOCIAL DO BAIRRO DO ICUI-GUAJARÁ- ANANINDEUA/ PA	
<i>Sintia Luz</i>	
<i>Claudio Roberto Rodrigues Cruz</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.60519220116</b>	
<b>CAPÍTULO 17</b> .....	<b>170</b>
NO LIMÍAR DA MEMÓRIA: UM OLHAR ANTROPOLÓGICO SOBRE DISCURSOS DE VIOLÊNCIAS DAS CIÊNCIAS SOCIAIS NO BRASIL E O TECIMENTO DE POLÍTICAS PÚBLICAS	
<i>Micheline Ramos de Oliveira</i>	
<i>Eduardo Guerini</i>	
<i>Aline Perussolo</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.60519220117</b>	
<b>CAPÍTULO 18</b> .....	<b>180</b>
O ATIVISMO JUDICIAL E A JUDICIALIZAÇÃO DA POLÍTICA: O SURGIMENTO DA PREOCUPAÇÃO COM A QUESTÃO SOCIAL	
<i>Priscilla Ribeiro Moraes Rêgo de Souza</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.60519220118</b>	
<b>CAPÍTULO 19</b> .....	<b>190</b>
O DIREITO À POSSE: A POPULAÇÃO INVISÍVEL NO LOTEAMENTO SANTA CECÍLIA NO MUNICÍPIO DE PELOTAS/RS	
<i>Aline Cunha da Fonseca</i>	
<i>Cristine Jaques Ribeiro</i>	
<i>Nino Rafael Medeiros Kruger</i>	
<i>Tayna Corrêa de Oliveira</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.60519220119</b>	
<b>CAPÍTULO 20</b> .....	<b>200</b>
O SISTEMA MINEIRO DE INCENTIVO E FOMENTO À CULTURA: CENÁRIOS POSSÍVEIS	
<i>Felipe Rodrigues Amado Leite</i>	
<i>Igor de Souza Soares</i>	
<i>Ívna Mascarenhas e Abreu</i>	
<i>Janaína Amaral Pereira da Silva</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.60519220120</b>	
<b>CAPÍTULO 21</b> .....	<b>222</b>
“PARA O CENTRO TER VIDA ELE PRECISA TER GENTE”: RESISTÊNCIA E PERMANÊNCIA NA POLÍTICA DE REVITALIZAÇÃO DO CENTRO HISTÓRICO DE SALVADOR A PARTIR DA COMPREENSÃO DOS MORADORES DA REGIÃO DA 7ª ETAPA	
<i>Carina de Santana Alves</i>	
<i>Josimara Aparecida Delgado</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.60519220121</b>	

<b>CAPÍTULO 22</b> .....	<b>236</b>
PLANO BRASIL SEM MISÉRIA: FIM DA EXTREMA POBREZA? “INCLUSÃO” DOS “EXCLUÍDOS”? UM NOVO PAÍS?	
<i>Alane Maria da Silva</i> <i>Marilene Bizerra da Costa</i> <i>Kelsiane de Medeiros Lima</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.60519220122</b>	
<b>CAPÍTULO 23</b> .....	<b>247</b>
POBREZA CONTEMPORÂNEA NAS MARGENS DE FORTALEZA-CE: TENDÊNCIA DE (HIPER) INDIVIDUALIZAÇÃO EM TERRITÓRIOS ESTIGMATIZADOS	
<i>Leila Maria Passos de Souza Bezerra</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.60519220123</b>	
<b>CAPÍTULO 24</b> .....	<b>259</b>
POLÍTICAS PÚBLICAS AMBIENTAIS NO BRASIL E A ABERTURA PARA UMA EDUCAÇÃO CONSCIENTIZADORA	
<i>Aline Evelin Fabrício de Macedo</i> <i>Ana Paula de Souza Santos</i> <i>Fujie Kawasaki</i> <i>Rafael Pereira</i> <i>Tatiana Kolly Wasilewski Rodrigues</i> <i>Wellington Júnior Jorge</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.60519220124</b>	
<b>CAPÍTULO 25</b> .....	<b>269</b>
POLÍTICAS PÚBLICAS E GESTÃO DO TURISMO NO LITORAL PIAUIENSE	
<i>Francisco Coelho Mendes</i> <i>Magnólia Lima Verde Coelho Mendes</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.60519220125</b>	
<b>CAPÍTULO 26</b> .....	<b>281</b>
POLÍTICAS PÚBLICAS NO MEIO RURAL: REFLEXÃO A PARTIR DA BIOGRAFIA DE PATATIVA DO ASSARÉ	
<i>Mônica Sales Barbosa</i> <i>Bryan Silva Andrade</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.60519220126</b>	
<b>CAPÍTULO 27</b> .....	<b>293</b>
PROGRAMA ACELERAÇÃO DE CRESCIMENTO (PAC) E URBANIZAÇÃO DE ASSENTAMENTOS PRECÁRIOS: ALGUNS INDICADORES DA INTERVENÇÃO URBANÍSTICA NA BACIA DA ESTRADA NOVA EM BELÉM (PA)	
<i>Welson de Sousa Cardoso</i> <i>Sandra Helena Ribeiro Cruz</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.60519220127</b>	

<b>CAPÍTULO 28</b> .....	<b>304</b>
REFORMA DO ESTADO, PARTICIPAÇÃO E GESTÃO SOCIAL: EFEITOS DA AÇÃO COMUNICATIVA NA POLÍTICA PÚBLICA DE DESENVOLVIMENTO RURAL DO MUNICÍPIO DE VIÇOSA, MINAS GERAIS	
<i>Carla Beatriz Marques Rocha e Mucci</i> <i>Odemir Vieira Baeta</i> <i>Theressa Cristina Marques Aquino</i> <i>Rennan Lanna Martins Mafra</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.60519220128</b>	
<b>CAPÍTULO 29</b> .....	<b>322</b>
REFORMA OU REVOLUÇÃO NO MARCO DO ESTADO CAPITALISTA: APONTAMENTOS	
<i>Frednan Bezerra dos Santos</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.60519220129</b>	
<b>CAPÍTULO 30</b> .....	<b>334</b>
SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL: A CULTURA ALIMENTAR DA POPULAÇÃO QUILOMBOLA	
<i>Wanda Griep Hirai</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.60519220130</b>	
<b>CAPÍTULO 31</b> .....	<b>346</b>
TRÂNSITOS E TRANSGRESSÕES: TRANSFOBIA NOS PISTÕES DE SÃO LUÍS	
<i>Tuanny Soeiro Sousa</i> <i>Luama Alves</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.60519220131</b>	
<b>CAPÍTULO 32</b> .....	<b>358</b>
UM ESTADO SEMIDEMOCRÁTICO E SEUS CONSELHOS	
<i>Lúcia de Fátima Barbosa Magalhães Moraes</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.60519220132</b>	
<b>CAPÍTULO 33</b> .....	<b>370</b>
UMA REFLEXÃO SOBRE A SEGURANÇA ALIMENTAR, POLÍTICAS PÚBLICAS DE SAÚDE E A DESNUTRIÇÃO INFANTIL	
<i>Janine Pereira da Silva</i> <i>Rosimeri Salotto Rocha</i> <i>Valmin Ramos-Silva</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.60519220133</b>	
<b>CAPÍTULO 34</b> .....	<b>381</b>
A POLÍTICA PÚBLICA DE RESERVA DE VAGAS PARA NEGROS NOS CONCURSOS PÚBLICOS FEDERAIS NO BRASIL: CONQUISTAS E DESAFIOS	
<i>Regyna Kleyde de Holanda Duarte</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.60519220134</b>	
<b>SOBRE A ORGANIZADORA</b> .....	<b>392</b>

## NO LIMIAR DA MEMÓRIA: UM OLHAR ANTROPOLÓGICO SOBRE DISCURSOS DE VIOLÊNCIAS DAS CIÊNCIAS SOCIAIS NO BRASIL E O TECIMENTO DE POLÍTICAS PÚBLICAS

**Micheline Ramos de Oliveira**

Universidade do Vale do Itajaí – UNIVALI, Itajaí-SC.

**Eduardo Guerini**

Universidade do Vale do Itajaí – UNIVALI, Itajaí-SC.

**Aline Perussolo**

Universidade do Vale do Itajaí – UNIVALI, Itajaí-SC.

**RESUMO:** Neste artigo refletimos sobre os discursos das ciências sociais que instituem e formatam as temáticas acionadas para os estudos de violências, problematizando um discurso violento por vezes instituído no interior da própria disciplina antropológica. Dos colonialistas aos pós-modernos, o discurso sofre modificações que afetam o modo como os fenômenos das violências são apreendidos. No Brasil, partindo da década de setenta até os dias atuais, o entrelaçamento entre a ciência e a política aparece como instituidor das temáticas acionadas para os estudos de violências, geradoras de teorizações duais, compartimentalizadas e estigmatizantes, legitimadoras de políticas públicas incompatíveis com a realidade nacional.

**PALAVRAS-CHAVE:** “Violências”; “Antropologia”; ]“Discurso”.

**ABSTRACT:** In this article we reflect on the discourses of the social sciences that institute and shape the themes triggered for violence studies, problematizing a violent discourse that sometimes is instituted within the anthropological discipline itself. From the colonialists to the postmodern, the discourse undergoes modifications that affect the way the phenomena of violence’s are apprehended. In Brazil, starting from the seventies the present day, the intertwining between science and politics appears as a founder of the themes triggered for studies of violence, which are generators of dual, compartmentalized and stigmatizing theories, that legitimate public policies incompatible with the national reality.

**KEYWORDS:** “Violence”; “Anthropology”; “Discourse”.

### 1 | INTRODUÇÃO

Este artigo é resultado de uma tese de doutorado defendida nos idos de 2009, sob o título: *No limiar da memória: Estudo antropológico sobre mulheres e violências na metrópole contemporânea*. Aqui problematizamos as origens patriarcais da sociedade brasileira e a ideia construída de “homem cordial” para se refletir a cultura nacional a partir de uma visão singular dos arranjos da vida social,

com reverberações para os estudos de violências principalmente nas ditas camadas populares.

A reflexão sobre as violências das antropologias, o tema da escrita, da autoridade e da representação etnográfica estará em evidência, reflexão, que indubitavelmente, suscitam um estudo do poder que detém o pensamento antropológico na tradução da palavra do outro pela mediação de seus conceitos e suas teorias.

Por fim, vale dizer, que o “imaginário das ciências sociais” para a construção do próprio fenômeno das violências atravessará a discussão do artigo, num exercício de rememoração, desde a década de setenta do século XX até os dias atuais e a conformação dos temas relacionados com os fenômenos das violências sob a égide do encontro político e científico entalhados na literatura da área. Por vezes, inviabilizadora de políticas públicas eficazes para o contexto social, cultural e econômico que nos acontece viver.

## 2 | UM PASSEIO NA ESCRITA ANTROPOLÓGICA

Um tema de reflexão já suficientemente percorrido por uma antropologia pós-moderna e feminista e onde o debate em torno das questões relacionadas ao poder, principalmente na relação assimétrica entre antropólogo e nativo, é paradigmático.

Inspiramo-nos nestes estudos, a presença do fenômeno das violências na configuração da memória da disciplina. Lembrando ainda que, de forma bastante pontual, suas marcas associadas à prática etnográfica no contexto de uma empresa colonial relacionada às linhagens de uma antropologia inglesa e norte-americana africanistas discutindo violências na França e suas colônias. Ou ainda, evocado os pós-modernos em suas críticas a uma pretensa “antropologia violenta” até chegarmos, enfim, no Brasil com a crítica às ideias de uma democracia racial, com base no “mito das três raças” e do “homem cordial”, até a perspectiva de uma “antropologia no plural”, e as ditas antropologias das violências e suas diversas facetas.

É importante ressaltar que esse humilde passeio pela memória da disciplina só faz sentido devido à problemática, que viemos levantando até o momento, de que a negação do conflito como elemento constitutivo de nações ditas “civilizadas”, como ex-colônias inglesas ou francesas, até chegarmos ao Brasil, torna-se importante a partir do momento em que consideramos datadamente que o próprio discurso acadêmico, como também constituinte de uma memória coletiva dessas nações, ao negar o conflito, pode acabar por contribuir com a perversidade dessa negação.

Iniciamos uma espécie de arqueologia das formas com que a matriz disciplinar da Antropologia incorpora em seus meandros a violência, citando o caso dos primórdios da antropologia britânica em suas estreitas relações com a empresa colonial deste país no mundo não ocidental, nas primeiras décadas do século XX, e levou essa tradição de estudos antropológicos progressivamente a ter que negociar em sua prática

de campo, junto ao “nativo”, com o projeto colonialista inglês. Sem questionar em nenhum momento suas inestimáveis contribuições para a antropologia, sem os quais provavelmente não estaríamos aqui, menciono aqui três antropólogos: B. Malinowski, Evans-Pritchard, e Radcliffe-Brown.

O primeiro, pai fundador da observação participante, mantinha uma forte ligação com a Fundação Rockefeller, o que nos permitiria especular, segundo Silva e Leite (1997, p. 2) “que a própria ênfase malinowskiana na questão do trabalho de campo tenha se dado também em função dos interesses da Fundação enquanto financiadora de projetos”. O segundo, Radcliffe-Brown, torna-se um importante protagonista da empresa colonial da Inglaterra em terras não ocidentais ao ministrar cursos para administradores coloniais sob o argumento de que, “o conhecimento do povo nativo poderia facilitar sua administração”, sugerindo que, “a arte de governar, no futuro, deveria basear-se cada vez mais na antropologia aplicada”. E, finalmente, Evans-Pritchard produz uma etnografia “junto aos Nuer, povo do Sudão Meridional [...] financiada pelo governo do Sudão anglo-egípcio”, e que vai se tornar um clássico do pensamento antropológico do século XX. (SILVA E LEITE, 1997, p.4).

Da mesma forma, deslocando-nos de continente, no caso dos Estados Unidos da América, se observa uma intensa participação de antropólogos e antropólogas em agências do governo, na época da segunda guerra mundial, sendo uma das obras referências deste período o livro de Ruth Benedict, *O Crisântemo e a Espada*, onde ela, discípula de Franz Boas, realiza um amplo estudo da cultura do maior inimigo dos EUA na época da guerra: os japoneses. Na mesma modalidade de operar o conflito-violento no corpo da matriz disciplinas, situa-se o caso paradigmático da participação de Gregory Bateson na propaganda anti-japonesa entre as forças armadas dos EUA, ministrando aulas sobre as línguas do pacífico aos soldados americanos, ao mesmo tempo em que produzia relatórios e informes secretos para o governo dos EUA (BASTIDE, 1979, p.45).

Sobre essa questão, da violência no interior da própria matriz disciplinar e sua função interpretativa das culturas, o antropólogo português Peirano (2006, p. 5) faz um comentário interessante de que “esses trabalhos encerram discursos que serviram para cristalizar identidades coletivas e gerar adesões a imaginários inventados politicamente (ANDERSON, 1983, p.78) e ainda, que Roger Bastide (1979, p.46) chegou inclusive a falar da antropologia como uma “grande puta” ao serviço do colonialismo e do imperialismo. Ainda, segundo o mesmo autor, esta “antropologia guerreira”, ligada à espionagem, foi criticada no interior da própria antropologia (BASTIDE, 1979, p.47), o que levaria, em 1949, a “Society for Applied Anthropology” a elaborar o primeiro código ético sobre as implicações da antropologia e as suas recomendações (Ibid.).

Nos idos de 1960-1970, época de descolonização da África, das lutas pela independência e os movimento nas ex-colônias são os antropólogos franceses que vão ocupar a cena, em seus envolvimento com o processo de independência da Argélia e da Tunísia. Aqui grandes nomes de uma antropologia francesa se destacam no

debate internacional, como Clastres e Balandier, que elegem a temática das violências relacionadas ao Estado como ponto de partida para suas produções intelectuais, num engajamento contra uma antropologia exercida nas rédeas de um poder estatal e a favor da liberdade e autonomia das antigas ex-colônias. O tema dos limites e desafios da escrita como procedimento de situar-se representacionalmente na cultura do outro, e suas implicações para a construção da autoridade e da representação etnográfica, colocando em destaque o estudo das estruturas de poder que marcam o espaço de enunciação da fala do outro no interior da formulação do antropológico.

Os dilemas da tradução/traição das palavras do “outro” no interior dos jogos interpretativos das culturas se avolumam, marcando o debate as questões emergentes da importância do antropólogo romper com as orientações de seu colonialista e, de outro, a redescoberta do caráter fundante da subjetividade na prática de etnografia. A coletânea de ensaios apresentados no novo México em 1986, “Writing Cultures”, em que autores como Vincent Crapanzano, Paul Rabinow, James Clifford, George Marcus, entre outros, se torna paradigmática para a formação de todo o antropólogo, tornando-se um marco relevante para a memória da própria disciplina, num diálogo estreito com a etnografia realista apresentando estudos clássicos das primeiras décadas do séc. XX, (MARCUS E FISCHER, 2000, p.197).

Na sequência, a produção de conhecimento em Antropologia abraça uma crítica cultural de nós mesmos e à nossa própria comunidade interpretativa, sendo o seu lema fundamental para toda e qualquer pesquisa que se diga “antropológica”.

### **3 | DOS ESTUDOS SOBRE VIOLÊNCIA: UM FRAGMENTO DA HISTÓRIA**

Diante desse cenário, nos cabe pensar quais seriam, afinal, os nossos vícios conceituais pesquisando, no Brasil, os temas da violência, gênero e cidade. Quais são os pressupostos epistemológicos, metodológicos e éticos que cerceiam nossas produções? Qual a estética constituinte de nossos discursos? Apoiamo-nos aqui no que Foucault (1972, p. 146-147) denomina como discurso, ou seja, entendido não como uma forma ideal e intemporal “que teria, além do mais, uma história”.

Não se trata de pensar a matriz antropológica sob os efeitos de seus discursos, pois o problema não consiste em se perguntar como e por que pôde emergir e tomar corpo num determinado ponto do tempo, tal ou qual prática discursiva sobre os temas de violência, gênero ou mesmo a cidade em Antropologia. Pensamos na importância de situar os estudos de violências como conformadoras dos saberes e fazeres antropológicos, isto é, “como fragmento de história, unidade e descontinuidade na própria história, colocando o problema de seus próprios limites, de seus cortes, de suas transformações, dos modos específicos de sua temporalidade e não de seu surgimento abrupto em meio às cumplicidades do tempo” (DE CERTEAU, 2002, p.52).

No sentido de enfrentar tal empresa, recorreremos a Alba Zaluar, que em “Violência

e Crime” (1999, p.21) apresenta uma análise reflexiva da produção intelectual sobre a criminalidade e a violência no Brasil entre 1970 e 1995. O período de análise justifica-se por ser um momento de profundas mudanças políticas, sociais e econômicas no país, em que os cientistas sociais participaram como pesquisadores e cidadãos. Os pesquisadores produziram suas análises dos lugares que ocupavam, tanto do campo intelectual, político ou da militância.

As articulações entre o campo intelectual e o campo político vão “afetar”, segundo a autora, as pesquisas e as literaturas produzidas sobre o tema. A pesquisadora, então, faz uma leitura das pesquisas sobre violências no Brasil, focalizando a postura do cientista social (orgânico ou universal) segundo os modelos explicativos acionados, definidos como modelo marxista dicotômico de sociedade, modelo da construção da nação, modelo da organização da sociedade civil, modelo da sociabilidade violenta. Para a realização da análise, Zaluar (1999, p.23) baseou-se nos registros do seu arquivo pessoal e nos do Urbandata, da IUPERJ, do Rio de Janeiro, contabilizando aproximadamente pesquisas, organizadas segundo as temáticas por elas abordadas: a polícia ou vinculado à organização e a função dessa instituição no Estado e na sociedade (61 trabalhos); o Sistema penal (19); o funcionamento da justiça (24); as formas alternativas, preventivas ou democráticas de lidar com a questão do crime (8); os trabalhos que denunciavam a privatização dos meios de garantir a segurança (6).

Em todos eles, a autora menciona que o foco foram às instituições brasileiras encarregadas de combater o crime e manter a ordem pública. Segundo a autora, na metade destes estudos e pesquisas a polícia foi localizada muito mais como objeto de denúncias do que sobre estudos acerca de sua organização e cotidiano, sendo que desses trabalhos quarenta (40) tomaram a perspectiva estrutural na explicação para os fenômenos da violência, seja pela via da estrutura social ou urbana desigual, ou pela via da luta de classes.

Da exclusão ou segregação das favelas somaram; quarenta (40) abordaram o tema por meio de interpretações das representações sociais, do imaginário ou do senso comum, apontando sua importância para entender o medo, os preconceitos sociais contra determinados setores da população e o apoio dado pela população amedrontada e manipulada pela mídia a políticas repressivas totalizaram e, finalmente, onze (11) dos estudos que vincularam a violência às dificuldades de agregação e de organização da sociedade civil ou ainda à atomização crescente, falando do enfraquecimento dos movimentos sociais dos anos 70.

#### **4 | VIOLÊNCIAS SOB O OLHAR ANTROPOLÓGICO DE ALBA ZALUAR**

Na tentativa de “fundamentar bem o debate teórico”, Zaluar (1999, p.25) propõe, então, não classificar os estudos por modelos teóricos que, para ela, muitas vezes se sobrepõem, mas identificar campos temáticos recorrentes nas pesquisas analisadas,

como intuito de “lhes dar uma feição mais teórica”. Desta forma, os campos temáticos aparecem assim definidos por ela: (1) “O que é violência e os seus múltiplos planos e significados”; (2) As imagens e representações sociais do crime e da violência e o medo da população: a sociedade brasileira é violenta? (“3) Contar as vítimas e os crimes; (4) A procura para o aumento da violência e da criminalidade; (5) O problema social da criminalidade como tema de política pública”.

No primeiro campo - “O que é violência e os seus múltiplos planos e significados” – (Zaluar, 1999, p.26) aponta tanto as dificuldades em relação à definição do que é violência, devido ao caráter polifônico quando se aborda o assunto, quanto aos múltiplos usos que o termo teve na produção acadêmica. Em relação à sua etimologia, violência vem do latim “violentia”, que remete a “vis”, que significa “força, vigor, emprego da força física ou os recursos do corpo em exercer a sua força vital” (ZALUAR, 1999, p. 28). Esta forma torna-se violenta quando ultrapassa acordos tácitos e regras que ordenam as relações e que podem variar histórica e culturalmente, e pode ser múltipla nas suas manifestações. Afirma ainda a autora que, o mal a ela associado, que delimita o que há de ser combatido, tampouco tem definição unívoca e clara, e nem há como definir violência como positiva ou boa ou como destrutiva ou má.

Em seguida Zaluar (1999, p. 29) aponta para o aumento da criminalidade e o destaque desta na mídia, provocando uma comoção pública, ou seja, como fatos que vão afetar a definição de violência especialmente a partir do final da década de 1970: “os trabalhos que tocam pelo ângulo da violência muito raramente a tomam pelo ângulo da criminalidade, consideradas como um problema a ser enfrentado”. Na concepção da autora a definição de violência está diretamente relacionada com o aumento da criminalidade no país e como a algo a ser combatido, especialmente pelas instituições governamentais e federais.

Quanto ao segundo campo - As imagens e representações sociais do crime e da violência e o medo da população: a sociedade brasileira é violenta - a resposta vinha em oposição ao imaginário construído da pretensa cordialidade atribuída aos brasileiros. A manifestação da violência por parte das classes dominadas ou populares era lida como resposta ou efeito da violência estatal e, em particular, da violência cometida pelos próprios policiais, que, por sua vez, também era lida como uma espécie de tradição de violência na polícia e pela fragilidade na noção de cidadania na população. Assim, a explicação das ações criminais por jovens pobres era efeito da violência estatal, em particular da violência policial.

Novamente, nos termos desta antropóloga, na década de 1980, os estudos passam a falar de uma figura de marginal ou de bandido como criação da mídia, uma forma de exorcizar o medo da classe média. Chega-se a pensar que a violência urbana ou a criminalidade “era artificial e montada para distrair as atenções dos reais problemas. A violência não seria tão grave, mas a manipulação política do crime, sim” (ZALUAR, 1999, p. 48).

No terceiro campo temático - Contar as vítimas e os crimes – no sentido de

quantificar o qualitativo e qualificar o quantitativo, Alba Zaluar comenta sobre os problemas em torno dos registros ou das cifras apresentadas. A falta de registros oficiais é uma das questões levantadas para pensar a questão dos indicadores sociais e a formulação de políticas públicas específicas. As falhas nos dados oficiais passíveis de tratamento estatísticos tornam imprescindível qualificar o quantitativo.

Para o campo temático - A procura para o aumento da violência e da criminalidade - a autora assinala as inúmeras divergências entre os modelos teóricos adotados pelos cientistas sociais para obter explicações para o fenômeno. Entre as mais recorrentes estão: (a) aqueles que assumiram a naturalidade da transgressão como pressuposto teórico e justificativo para os crimes; (b) a lógica de acumulação capitalista como explicativa; (c) teoria do homem racional, havendo mudanças no modo de registrar os delitos e, desta forma, enfrentar a criminalidade. (ZALUAR, 1999, p. 62). E finalmente, no que se refere ao quinto tema - O problema social da criminalidade como tema de política pública – Zaluar aborda a necessidade de discussão de formas de prevenção e de repressão da criminalidade, pois “o diagnóstico prevalecente, na produção científica, quanto na jornalística, e na opinião pública é a avaliação negativa do desempenho das instituições públicas de controle social que explicam o medo, a insegurança e apoio dado a políticas autoritárias” (ZALUAR, 1999, p. 71).

## **5 | A DISCUSSÃO DA VIOLÊNCIA NA IMPLEMENTAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS**

Nos termos em que tratamos, é no último campo temático que se localiza a complexa discussão sobre a participação ou a intervenção dos cientistas sociais nas formulações de políticas públicas de controle social da violência. Esta discussão aparece em pauta desde a participação dos intelectuais durante a promulgação da constituição de 1988. De lá para cá, segundo a pesquisadora, os cientistas sociais têm participado como militantes ou então a partir do lugar que ocupam nas universidades como pesquisadores, mas todos se posicionando a partir das informações obtidas em suas pesquisas. Entretanto, não se sabe o quanto os cientistas sociais influenciaram realmente as políticas públicas no Brasil, o que leva a autora a pensar sobre os problemas do uso político dos avanços das ciências sociais, especialmente por parte das burocracias públicas (ZALUAR, 1999, p. 89).

Nessa perspectiva, o “conhecimento empírico produzido pelas ciências sociais serviria a múltiplas audiências que defenderiam interesses conflitivos, não havendo razão, pois, para privilegiar a burocracia pública como preferencial” (ZALUAR, 1999, p. 91). Para a autora, somente um projeto político de educação de novas formas de viver e prestar contas poderia exigir a segurança como um bem público ou coletivo, pois nem mesmo a ideia de democracia nem mesmo a inclinação para a paz seria inerente à natureza humana.

Ao comentar cada um dos temas, Zaluar conduz o leitor à percepção de que a

discussão sobre violência é um tema que se insere como um problema social - daí a relação estabelecida no próprio título do livro “violência e crime”. A violência, nestes termos, é um fenômeno a ser combatido no seio do corpo social e o conhecimento produzido pelos cientistas sociais sobre o tema poderia servir como indicativos para as políticas de intervenção ou de formulações de políticas públicas. (ZALUAR, 1999, p.92).

Através destes laços mais estreitos entre ambos percebemos os limites de se pensar o fenômeno da violência, principalmente nas suas relações com gênero e metrópole, como algo alheio ao percurso de formação da própria sociedade brasileira, uma vez que, além de tal fenômeno estar referido ao campo das políticas públicas do Estado brasileiro, no campo da construção das subjetividades modernas, significa pensá-los, segundo uma tripla inscrição: da memória coletiva, da memória social e da memória individual, nas quais opera a manutenção dessas ditas violências como parte das práticas cotidianas dos moradores das grandes metrópoles brasileiras.

## 6 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

A demanda da extinção do conflito-violento nas formas de arranjos do corpo social do país traz à tona a importância de se repensar o fenômeno do homem cordial na memória coletiva da sociedade brasileira, e principalmente sua manifestação nas relações de gênero tanto nos espaços públicos quanto nos espaços privados, e os riscos de se ignorar o fator violência na instauração da própria sociedade brasileira, bem como sua manutenção no interior das próprias políticas públicas que orientaram a sua formação nos moldes de um moderno Estado-nação em sua fórmula democrática e republicana (no campo das estruturas políticas referimos aqui às ditaduras, aos golpes, às revoluções e revoltas, assassinatos e suicídios).

Sem dúvida, é fundamental o exercício proposto por Zaluar no sentido de contextualizar, num tempo cronológico, os estudos de violência realizados pelos antropólogos e seus discursos segundo seus respectivos recortes epistemológicos e metodológicos. Mas, é igualmente interessante deslocar nosso objeto de reflexão para outras temporalidades, trazendo para o debate o “imaginário das ciências sociais” para a construção do próprio fenômeno da violência. Segundo Diógenes (1998, p. 91) tal imaginário “tem como marca e como efeito mobilizador de suas teorizações o sentimento de desamparo e perplexidade diante dos fantasmas que têm pontuado as produções nesse campo: a desordem e anomia social”.

Segundo Zaluar, as práticas de violência são fundadas na “incerteza e no acaso, elas são essencialmente fragmentárias, tendo, por tais características, gerado teorizações “duais, compartimentalizadas e estigmatizantes”, não deixando de ser uma resistência à ideia dessas práticas como uma ocorrência de “dentro da vida social” e, portanto, tecida no interior de uma intrincada rede de acontecimentos. Nesse viés,

citamos Tereza Caldeira que, numa trajetória de estudos de violências levando em conta a problematização de cidade parece complexificar e retirar da esfera moral a abordagem de tais fenômenos violentos, à medida que, num diálogo contundente com Taussing (1992, p.87) e Feldman (1991, p.63) sofisticada sua leitura desse fenômeno, para o caso das cidades brasileiras, na contemporaneidade.

“A autora defende a ideia de que “o papel do simbolismo da reprodução da violência”, como as análises sobre os efeitos da fala do crime na reprodução do medo e da violência” na cidade brasileira contemporânea, “indicam que os problemas de significação apresentados pela violência não são simplesmente uma questão de estabilizar distinções e tentar estabelecer a ordem” (CALDEIRA, 2003, p. 43).

Mais uma vez é importante frisar que perceber o conflito e o conflito violento como fazendo parte dos arranjos da vida social no Brasil, remontando a própria conformação de sua sociedade e cultura não significa aceitar as desigualdades em forma de violências diversas que a afetam.

Mas, atentar para a forma como fenômeno das violências vem sendo estudado pelas ciências sociais e sua consequente utilização na implementação de políticas públicas. Que, desse modo, ao invés de acionarem mecanismos de modificação do status quo com base em estudos superficiais que não apreendem o conflito como constituidor de sociabilidade confeccionariam políticas públicas em descrições e interpretações mais densas da realidade brasileira, tornando-se assim profícuas.

## REFERÊNCIAS

ANDERSON, Benedict. **Imagined communities: reflections on the Origin and Spread of Nationalism**. London: Verso, 1983.

BASTIDE, Roger. **Arte e Sociedade**. São Paulo: Nacional, 1979.

BENEDICT, Ruth. **O Crisântemo e a Espada**. São Paulo: Perspectiva, 1972.

CALDEIRA, Teresa. **Cidade de muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo**. São Paulo: editora 34, Edusp, 2000.

CALDEIRA, Teresa. **A Política dos Outros**. São Paulo: Brasiliense, 1984.

DE CERTEAU, M. **A escrita da história**. Rio de Janeiro: Forense universitária, 2002.

DIÓGENES, Glória. **Cartografias da cultura e da violência: gangues, galeras e o movimento Hip-Hop**. São Paulo: Annablume; Fortaleza: Secretaria da Cultura e Desporto, 1998.

FELDMAN, Allen. **Formations of violence**. Chicago: University Of Chicago Press, 1991.

FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber**. Petrópolis, Vozes, Lisboa, Centro do Livro Brasileiro, 1972.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1972.

MARCUS, George E.; FISCHER, Michael M. J. **Anthropology as Cultural Critique: Na Experimental Moment. The Human Sciences**. Chicago, The University of Chicago Press, 1986.

PEIRANO, Mariza. **A teoria vivida e outros ensaios da antropologia**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed, 2006.

SILVA, Luiz Antonio M. da; LEITE, Márcia Pereira. **Sociedade e Estado**. Brasília, v. 22, n. 3, set./dez. 2007.

TAUSSIG, M. **Xamanismo, colonialismo e o homem selvagem: um estudo sobre o terror e a cura**. São Paulo: Paz e Terra, 1993.

ZALUAR, Alba. **Violência e Crime. O que ler na Ciência Social brasileira**. Antropologia (1970-1995). São Paulo, Brasília, Editora Sumaré, CAPES, 1999.

Agência Brasileira do ISBN  
ISBN 978-85-7247-060-5

